

12
2015

BEO RAM

**BOLETIM DE
EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL**

**GOVERNO
REGIONAL
DA MADEIRA**



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

Índice

Apresentação	4
1. Síntese global	5
2. Subsetor do Governo Regional.....	6
2.1. Síntese	6
2.2. Receita.....	10
2.3. Despesa	14
3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR.....	20
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas.....	20
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR	21
4. Dívida não Financeira da Administração Regional	26
5. Conceitos aplicados.....	28
6. Siglas e abreviaturas.....	29
7. Índice de Quadros	30

◆ Apresentação

O *Boletim de Execução Orçamental do Governo Regional da Madeira* é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e da dívida não financeira da Administração Pública Regional (APR), compreendendo os serviços integrados do Governo Regional (GR), os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica — por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A informação em apreço é divulgada até ao dia 30 do mês seguinte àquele a que respeita, pelo que a edição que ora se apresenta reporta-se aos valores acumulados até ao final do mês de novembro de 2015.

◆ I. Síntese global

O quadro seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental

de 2015 e de acordo com o reporte financeiro mensal à DGO:

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (janeiro-novembro)				€ Milhares
	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado
Receita corrente	978.443,7	173.578,2	284.903,2	1.072.681,1
Impostos diretos	323.758,5	563,2	0,0	324.321,8
Impostos indiretos	433.719,2	29,7	0,0	433.748,9
Contribuições de Segurança Social	7.320,1	0,0	0,0	7.320,1
Outras receitas correntes	213.645,8	172.985,3	284.903,2	307.290,3
Transferências correntes	183.541,2	165.376,4	223.038,4	207.711,9
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	181.997,2	3.775,5	50,2	185.823,0
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	0,0	142.106,1	222.137,9	0,0
Receita de capital	76.192,9	24.657,2	18.610,2	105.947,2
Venda de bens de investimento	995,9	0,4	64,4	1.060,6
Transferências capital	73.272,5	24.562,7	18.476,4	102.798,5
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	43.233,9	645,9	0,0	43.879,8
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	0,0	1.958,2	11.554,9	0,0
Receita efetiva	1.054.636,6	198.235,3	303.513,4	1.178.628,3
Despesa corrente	1.073.956,0	160.153,0	284.007,9	1.153.873,0
Consumo público	546.263,0	124.534,8	258.396,0	929.193,8
Despesas com o pessoal	324.534,6	26.709,4	129.606,1	480.850,1
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	221.728,4	97.825,5	128.789,8	448.343,7
Subsídios	11.054,3	3.147,5	149,0	14.350,8
Juros e outros encargos	97.864,8	4.245,8	17.396,6	119.507,2
Transferências correntes	418.774,0	28.224,9	8.066,3	90.821,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	2.534,1	0,0	2.534,1
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	364.228,0	16,0	0,0	0,0
Despesa de capital	127.095,1	25.848,2	28.234,2	167.664,4
Investimento	94.609,8	6.094,3	28.090,2	128.794,3
Transferências de capital	32.485,3	19.753,9	143,9	38.870,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	2.697,7	2.844,4	0,0	5.542,1
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	13.513,1	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	1.201.051,1	186.001,2	312.242,1	1.321.537,4
Saldo global	-146.414,5	12.234,1	-8.728,7	-142.909,1
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-95.512,4	13.425,1	895,3	-81.191,9
Despesa corrente primária	976.091,3	155.907,2	266.611,3	1.034.365,8
Saldo corrente primário	2.352,4	17.670,9	18.291,9	38.315,3
Saldo de capital	-50.902,2	-1.191,0	-9.624,0	-61.717,2
Despesa primária	1.103.186,4	181.755,4	294.845,5	1.202.030,2
Saldo primário	-48.549,8	16.479,9	8.667,9	-23.402,0

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do Decreto-Lei n.º26/2002 de 14 de fevereiro

Em 30 de novembro de 2015, o saldo global consolidado, em contabilidade pública, dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública

Regional é deficitário em 142,9 milhões de euros o que representa uma melhoria de 177,1 milhões de euros face aos valores registados no mesmo período, em 2014. O

saldo primário ascende a -23,4 milhões de euros, em resultado da utilização dos empréstimos concedidos no âmbito do PAEF-RAM (296,7 milhões de euros dos quais 169,2 milhões de euros para despesa não financeira ou comercial) e dos 150 milhões de euros (19,7 milhões de euros), para pagamento de dívida comercial, e o saldo de capital é deficitário em 61,7 milhões de euros, face a uma *despesa efetiva* de 1.321,5 milhões de euros e a uma despesa primária de 1.202,0 milhões de euros. A *receita efetiva* ascendeu a 1.178,6 milhões de euros.

Estes valores refletem a contabilização quer na receita (43,1 milhões de euros) quer na

despesa (20,0 milhões de euros) das verbas referentes ao Fundo de Coesão Nacional, transferidas do Estado, no âmbito do estipulado no artigo 49.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro (Lei das Finanças das Regiões Autónomas).

Se aos valores da execução orçamental consolidada excluirmos os pagamentos de dívidas de anos anteriores, que totalizaram 338,0 milhões de euros, verificamos que o saldo primário é positivo em 271,3 milhões de euros e **o saldo global é superavitário em 170,4 milhões de euros** o que denota que a Região está a utilizar receita própria para pagar encargos assumidos e não pagos em anos anteriores.

◆ 2. Subsetor do Governo Regional

◆ 2.1. Síntese

O *saldo global* registado nos primeiros onze meses de 2015, pelo subsetor do Governo Regional – na ótica da Contabilidade Pública –, foi de -146,4 milhões euros, o que representa uma melhoria de 175,9 milhões de euros face ao período homólogo. Esta circunstância decorre da diminuição das *Despesas correntes*, motivada, essencialmente, pela redução das verbas despendidas com *Juros e outros encargos*. Em paralelo, verificou-se um aumento das *Despesas de capital* que se traduz numa variação homóloga de 3,2 milhões de euros, fundamentalmente em virtude do pagamento de encargos transitados de anos anteriores, associados, em grande parte, à utilização do empréstimo dos 150 milhões de euros, contraído em 2014 e ainda em utilização em 2015 e aos pagamentos efetuados no âmbito do Fundo de Coesão Nacional. A *despesa efetiva* registou um decréscimo de 11,2% face ao ano de 2014, tendo a *receita efetiva* registado uma evolução no sentido inverso, embora com menor intensidade (2,4%). Especificamente, o *saldo de capital* apresenta-se deficitário tendo registado um agravamento de 15,8 milhões de euros face aos primeiros onze meses do ano anterior. O *saldo corrente* evidenciado no final de novembro de 2015 ascendeu a -95,5 milhões de euros e o *saldo de*

capital a -50,9 milhões de euros. Excluindo o efeito da regularização de dívidas de anos anteriores, o saldo global é excedentário em 150,4 milhões de euros.

Uma apreciação mais detalhada permite constatar que enquanto que na vertente corrente a *receita* aumentou 4,0%, em termos homólogos a *despesa* variou -12,6%, fundamentalmente devido à diminuição do pagamento de *Juros e outros encargos*. Efetivamente, em 2014, na sequência da execução do empréstimo dos 1.100 milhões de euros, ocorreu o pagamento de verbas significativas de despesas com *Juros* (219,6 milhões de euros) o que induz a variação registada no Quadro II. O *saldo global* evidenciado no final de novembro de 2015 resulta do comportamento da *receita efetiva*, que variou 2,4%, influenciada positivamente pela evolução registada ao nível da componente corrente (4,0%) e negativamente ao nível da componente de capital (-14,2%), e de um decréscimo da *despesa efetiva* (-11,2%), a qual foi condicionada no sentido descendente pela evolução das despesas com os *Juros e outros encargos* (-66,4%), com os *Subsídios* (-3,3%) e com *Outras despesas correntes* (-92,6%), e no sentido ascendente pelo comportamento das restantes componentes da *despesa*. Da informação disponível para os primeiros onze meses de 2015, sobressai que 21,5% da despesa corrente realizada destinou-se à liquidação de encargos transitados de anos anteriores (230,4 milhões de euros).

Do lado da *receita*, assinala-se a trajetória ascendente da componente corrente – cristalizada numa variação homóloga de 4,0% – parcialmente anulada pela diminuição da receita de capital, materializada numa variação de -14,2% face a 2014, conforme expressa o QUADRO II:

QUADRO II - Execução orçamental do Gov. Regional (janeiro-novembro)

€ Milhares

	2014	2015	VH (%)
Receita corrente	940.865,3	978.443,7	4,0
Receitas fiscais	724.299,0	757.477,7	4,6
Impostos diretos	296.293,6	323.758,5	9,3
Impostos indiretos	428.005,4	433.719,2	1,3
Outras receitas correntes	216.566,2	220.965,9	2,0
Receita de capital	88.778,3	76.192,9	-14,2
Receita efetiva	1.029.643,5	1.054.636,6	2,4
Despesa corrente	1.228.105,3	1.073.956,0	-12,6
Despesas com o pessoal	324.017,3	324.534,6	0,2
Aquisição de bens e serviços	188.721,5	221.066,1	17,1
Juros e outros encargos	291.137,0	97.864,8	-66,4
Transferências correntes	403.856,4	418.774,0	3,7
Administrações Públicas	356.385,7	364.228,0	2,2
Outras	47.470,7	54.545,9	14,9
Subsídios	11.427,5	11.054,3	-3,3
Outras despesas correntes	8.945,5	662,3	-92,6
Despesa de capital	123.858,2	127.095,1	2,6
Investimento	88.333,9	94.609,8	7,1
Transferências de capital	35.524,2	32.485,3	-8,6
Administrações Públicas	17.874,4	16.210,7	-9,3
Outras	17.649,9	16.274,6	-7,8
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	1.351.963,4	1.201.051,1	-11,2
Saldo global	-322.319,9	-146.414,5	54,6
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-287.240,0	-95.512,4	66,7
Saldo de capital	-35.079,9	-50.902,2	-45,1
Saldo primário	-31.182,9	-48.549,8	-55,7
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	42.217,0	33.523,2	-20,6

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

- ◆ O saldo primário foi de -48,5 milhões de euros, o que representa um agravamento de cerca de 17,4 milhões de euros relativamente aos onze primeiros meses de 2014;
- ◆ Verifica-se uma melhoria do saldo corrente, cristalizado numa variação homóloga de 66,7%;
- ◆ A variação homóloga do saldo global resulta da trajetória ascendente da receita efetiva, a par de um decréscimo pronunciado da despesa efetiva. Com efeito, enquanto a receita efetiva aumentou, em termos homólogos, 25,0 milhões de euros nos onze primeiros meses de 2015, a despesa efetiva registou um decréscimo de 150,9 milhões euros, justificando, deste modo, a formação do *saldo global* evidenciado no final de novembro de 2015 de -146,4 milhões de euros, que se decompõe num saldo corrente de -95,5 milhões de euros e num saldo de capital de -50,9 milhões de euros. A dinâmica da despesa é influenciada pela utilização do empréstimo dos 1.100

milhões de euros (em 2014) e do empréstimo de 150 milhões de euros contratado em 2014, e com execução ainda em 2015, dirigida ao pagamento de encargos relativos a anos anteriores, no valor de 19,7 milhões de euros. Por outro lado, a menor execução da despesa em 2015, resulta da

regularização desde 2012 de passivos no valor global de 1.819,2 milhões de euros¹.

O QUADRO seguinte evidencia a execução orçamental de novembro do subsetor do Governo Regional, discriminada de acordo com a classificação económica:

QUADRO III - Execução orçamental do Gov. Regional (novembro)				€ Milhares
	2014	2015	VH (%)	
Receita corrente	306.256,9	87.602,2	-71,4	
Receitas fiscais	227.604,8	63.571,3	-72,1	
Outras receitas correntes	57.080,9	8.953,2	-84,3	
Receita de capital	21.571,2	15.077,6	-30,1	
Receita efetiva	327.828,1	102.679,7	-68,7	
Despesa corrente	251.838,9	72.029,3	-71,4	
Despesas com o pessoal	84.162,7	27.376,3	-67,5	
Aquisição de bens e serviços	51.940,3	3.865,4	-92,6	
Juros e outros encargos	3.988,2	3.548,3	-11,0	
Despesa de capital	41.590,7	9.715,9	-76,6	
Investimento	28.872,9	6.422,6	-77,8	
Transferências de capital	12.717,8	3.293,3	-74,1	
Outras despesas de capital				
Despesa efetiva	293.429,7	81.745,2	-72,1	
Saldo global	34.398,4	20.934,6	-39,1	
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	54.417,9	15.572,8	-71,4	
Saldo de capital	-20.019,5	5.361,7	126,8	
Saldo primário	38.386,6	24.482,8	-36,2	

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

A execução orçamental relativa ao mês de novembro expressa uma trajetória distinta da registada em termos acumulados para 2015. Com efeito, a *receita efetiva* registou um decréscimo de 68,7% face ao evidenciado em novembro de 2014, tendo-

se verificado um decréscimo do lado da *despesa efetiva* (-72,1%), que induziu a formação de um saldo global superavitário em novembro de 2015. Em concreto, o saldo global evidencia que a *receita efetiva* superou a *despesa efetiva* em 20,9 milhões

¹ Excluindo as EPR integradas no Orçamento da Região de 2015.

de euros, para o qual contribuíram as dinâmicas evidenciadas pelas componentes corrente e de capital, cujos saldos atingiram

os 15,6 e 5,4 milhões de euros, respetivamente.

◆ 2.2. Receita

- ◆ A *receita efetiva* do Governo Regional variou 2,4% nos primeiros onze meses de 2015, em virtude de evoluções distintas evidenciadas pelas componentes fiscal e não fiscal. Especificamente, as *receitas fiscais* registaram um acréscimo de 4,6%, cujo efeito foi parcialmente anulado pela evolução das *receitas não fiscais*, que registaram uma variação de -2,7% ao longo desse período. Na componente fiscal, assinala-se a evolução evidenciada ao nível da tributação indireta (1,3%), motivada pela variação positiva dos principais impostos desta natureza, com exceção dos *impostos de consumo sobre o tabaco* (-2,7%). O IVA registou uma evolução positiva face aos primeiros onze meses de 2014 (1,7%), em virtude da aplicação do método de cálculo dos valores provisórios a transferir pelo Estado em sede de IVA, introduzido pela Portaria n.º 77-A/2014 de 31 de março. Por seu turno, ao nível da fiscalidade direta, registou-se uma variação de 9,3% em termos homólogos, em virtude do acréscimo registado ao nível dos impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas (51,0%), por contrabalanço de uma diminuição face a 2014 ao nível da tributação sobre os rendimentos das pessoas singulares (-8,3%);
- ◆ Ao nível da *receita não fiscal*, a variação de -2,7% face aos onze primeiros meses de 2014 reflete, fundamentalmente, uma diminuição da receita de capital, motivada pela cobrança, em 2014, de indemnizações relativas aos danos provocados pela intempérie de 20 de fevereiro de 2010, pagas por empresas de seguros. As *Transferências de capital*, registaram um acréscimo face a 2014, impulsionado pela transferência de verbas provenientes do Fundo de Coesão Nacional decorrentes da aplicação do constante no artigo 49.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, não obstante a diminuição das transferências provenientes da União Europeia. Efetivamente, a transferência de verbas originárias do Fundo de Coesão (43,1 milhões de euros) cobriu a trajetória descendente

ao nível das transferências da União Europeia, que se materializou numa redução de 38,2 milhões de euros face aos primeiros onze meses de 2014, decorrente em grande medida do facto de estar a decorrer o período de transição entre o anterior e o novo Período de Programação, ou seja, os projetos aprovados no âmbito do período de programação 2007-2013 estão na sua fase de encerramento, com especial relevo para a conclusão, em 2014, de obras cofinanciadas pelo POVT, bem como no período de programação 2014-2020 ainda se encontrar numa fase inicial de submissão de candidaturas para aprovação. Acresce ainda o facto de no decorrer de novembro ter ocorrido um acréscimo de 15,0 milhões de euros dirigidos, fundamentalmente, a intervenções de regularização de danos provocados pela intempérie de 20 de fevereiro de 2010. Ao nível da componente *corrente*, registou-se um

decréscimo de 2,0%, em resultado dos aumentos verificados ao nível das *Contribuições para segurança social*, CGA e ADSE (66,0%), das *Taxas, multas e outras penalidades* (15,8%), da *Venda de bens e serviços correntes* (22,8%) e das *Outras receitas correntes* (22,3%) e das diminuições registadas ao nível das *Transferências correntes* (-1,3%), e do *Rendimento da propriedade* (-28,2%);

- ◆ A *receita fiscal* fixou-se nos 757,5 milhões de euros no final de novembro de 2015, refletindo uma variação de 4,6% face ao evidenciado no período homólogo do ano anterior. O desempenho da *receita fiscal* acumulada nos onze primeiros meses de 2015 resulta da trajetória ascendente verificada tanto ao nível dos *impostos diretos* (9,3%), como ao nível dos *impostos indiretos* (1,3%);
- ◆ O QUADRO IV sintetiza o comportamento das principais rubricas associadas à *receita fiscal*.

QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-novembro) € Milhares

	2014	2015	VH (%)
Receita fiscal	724.299,0	757.477,7	4,6
Impostos Diretos	296.293,6	323.758,5	9,3
IRS	208.417,1	191.098,2	-8,3
IRC	87.875,8	132.660,4	51,0
Outros	0,8	0,0	-100,0
Impostos Indiretos	428.005,4	433.719,2	1,3
ISP	48.261,8	48.605,8	0,7
IVA	317.530,8	322.880,2	1,7
ISV	4.716,7	5.391,7	14,3
Imposto de consumo sobre o tabaco	31.915,2	31.069,1	-2,7
IABA	4.966,0	5.203,4	4,8
Outros	20.614,8	20.563,3	-0,3
Imposto de Selo	17.083,6	17.188,4	0,6
IUC	2.777,6	3.071,1	10,6
Receita não fiscal	305.344,5	297.158,9	-2,7
Receita efetiva	1.029.643,5	1.054.636,6	2,4

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

A evolução dos impostos diretos de 2014 para 2015 foi a seguinte:

- ◆ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)* – regista-se um decréscimo de -8,3% face ao período homólogo de 2014;
- ◆ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)* – verifica-se uma variação de 51,0% relativamente aos primeiros onze meses de 2014;
- ◆ As variações ocorridas refletem, na parte relativa à tributação do rendimento das pessoas singulares, a retenção do imposto de acordo com as tabelas de retenção na fonte em vigor, que incorporam um coeficiente familiar que visa atenuar a carga fiscal dos agregados com maior número de dependentes, a

par de acertos significativos entre circunscrições fiscais em sede de *IRS* em 2014, relativa a anos anteriores. Relativamente ao acréscimo verificado ao nível do IRC, assinala-se como principal fator explicativo o aumento da receita resultante do alargamento da base de tributação induzida pelo sistema *e-fatura* e maior eficácia no controlo da fraude e evasão fiscal, o que evidencia sinais de maior dinâmica da economia regional;

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

- ◆ *Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)* – verifica-se um aumento na receita arrecadada até novembro de 2015 face ao período homólogo de 2014 (1,7%). Esta evolução deriva do facto dos

valores provisórios a transferir pelo Estado por conta das receitas de IVA refletirem um aumento da arrecadação do Imposto sobre o Valor Acrescentado face a 2014, conforme inscrito no Mapa I do Orçamento do Estado para 2015, em coerência com o estabelecido no artigo 3.º da Portaria n.º 77-A/2014 de 31 de março;

- ◆ *Imposto sobre Veículos (ISV)* – a receita acumulada registou uma variação de 14,3% face ao período homólogo de 2014, sinónimo da recuperação da confiança dos consumidores;
- ◆ *Imposto de Selo (IS)* – a receita acumulada registou um acréscimo de 0,6%;
- ◆ *Imposto sobre o Tabaco (IT)* – a receita líquida acumulada registou um

decréscimo de 2,7% comparativamente a 2014;

- ◆ *Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP)* – a arrecadação da receita proveniente destes impostos aumentou face ao nível da execução dos onze primeiros meses de 2014 (0,7%).

A **receita não fiscal** apresenta uma variação de -2,7%, influenciada pelas variações evidenciadas ao nível das *Transferências de capital* e das *Outras receitas de capital* e pela variação marginal (2,0%), registada ao nível da componente corrente.

O quadro seguinte complementa o descrito relativamente à execução orçamental da *receita não fiscal* do Governo Regional da Madeira, relativa aos anos de 2014 e 2015:

QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-novembro) € Milhares

	2014	2015	Grau de Execução (%)
Receita fiscal	724.299,0	757.477,7	85,8%
Receita não fiscal	305.344,5	297.158,9	77,6%
Correntes	216.566,2	220.965,9	94,8%
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4.410,0	7.320,1	130,2%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	16.762,4	19.403,3	74,7%
Rendimentos da Propriedade	1.938,0	1.392,4	69,6%
Transferências Correntes	185.868,9	183.541,2	98,3%
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.949,4	7.306,5	78,6%
Outras Receitas Correntes	1.637,5	2.002,5	57,9%
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%
Capital	88.778,3	76.192,9	50,8%
Venda de Bens de Investimento	29,3	995,9	10,0%
Transferências de Capital	68.571,9	73.272,5	53,3%
Outras Receitas de Capital	19.500,0	0,0	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,0	0,0%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	677,0	1.924,5	77,0%
Receita efetiva	1.029.643,5	1.054.636,6	83,3%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

◆ 2.3. Despesa

- ◆ A despesa efetiva acumulada do Governo Regional diminuiu 11,2% entre 2014 e 2015, tendo apresentado um grau de execução de 77,4%, mais 6,4 pontos percentuais do que o executado até novembro de 2014.

QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-novembro)

€ Milhares

	2014	2015	2014	2015	VH (%)
			Grau de Execução (%)		
Despesa corrente	1.228.105,3	1.073.956,0	85,5	83,4	-12,6
Despesas com o pessoal	324.017,3	324.534,6	89,3	88,8	0,2
Remunerações Certas e Permanentes	260.808,0	261.461,3	90,8	90,4	0,3
Abonos Variáveis ou Eventuais	2.600,8	1.883,4	69,7	61,4	-27,6
Segurança social	60.608,6	61.190,0	84,2	83,6	1,0
Aquisição de bens e serviços correntes	188.721,5	221.066,1	84,6	85,7	17,1
Juros e outros encargos	291.137,0	97.864,8	81,5	69,0	-66,4
Transferências correntes	403.856,4	418.774,0	85,9	83,1	3,7
Administrações Públicas	356.385,7	364.228,0	87,9	84,3	2,2
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Administração Regional	356.385,7	364.228,0	88,0	84,3	2,2
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras transferências correntes	47.470,7	54.545,9	73,5	75,6	14,9
Subsídios	11.427,5	11.054,3	89,7	90,1	-3,3
Outras despesas correntes	8.945,5	662,3	87,7	10,2	-92,6
Despesa corrente primária	936.968,2	976.091,3	86,8	85,1	4,2
Despesa de capital	123.858,2	127.095,1	26,4	48,2	2,6
Investimento	88.333,9	94.609,8	35,1	53,5	7,1
Transferências de capital	35.524,2	32.485,3	51,2	51,6	-8,6
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Despesa efetiva	1.351.963,4	1.201.051,1	71,0	77,4	-11,2
<i>Por memória:</i>					
Ativos financeiros	42.217,0	33.523,2	65,8	59,3	
Passivos financeiros	242.538,2	113.341,0	93,9	19,9	

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do Governo Regional de 2014 para 2015 foram os seguintes:

- ◆ Pagamentos relativos a encargos de anos anteriores, no montante de 297,6 milhões de euros (387,5 milhões até novembro de 2014);
- ◆ Variação das *Despesas com o pessoal* (0,2%), em parte explicada pela reversão da redução remuneratória temporária, conforme expresso no art.º 4.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro;
- ◆ Acréscimo das despesas com enquadramento na rubrica *Aquisição de bens e serviços correntes* (17,1%) devido a pagamentos associados à regularização de encargos com as SCUTS;
- ◆ Decréscimo da despesa com *juros e outros encargos* (-66,4%);
- ◆ Acréscimo das *transferências correntes* (3,7%);
- ◆ Despesa com *subsídios* diminuiu 373,2 mil euros face a novembro de 2014;
- ◆ Decréscimo na execução da rubrica relativa a *Outras despesas correntes* (-8,3 milhões de euros) em resultado da regularização, em 2014, do IRC da RAMEDM, S.A.;

- ◆ Acréscimo da despesa de capital (2,6%), a que estão associados os aumentos das despesas com a *Aquisição de bens de capital* (7,1%), motivados pelos pagamentos de despesa de anos anteriores no âmbito do Fundo de Coesão Nacional e do empréstimo dos 150 milhões de euros;
- ◆ As *despesas correntes* realizadas até ao final de novembro de 2015 representam 89,4% do total da *despesa efetiva*, sendo que os pagamentos de

despesa corrente relativa a encargos de anos anteriores ascenderam a 230,4 milhões de euros e a despesa corrente primária correspondeu a 81,3% da despesa efetiva. Comparativamente ao período homólogo, as despesas correntes diminuíram o seu peso relativo na despesa efetiva em 1,4 pontos percentuais. O quadro seguinte expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional por setor:

QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-novembro)			€ Milhares
	2014	2015	Peso na estrutura em 2015
Funções Gerais de Soberania	72.284,9	69.882,7	5,8
Serviços Gerais da Administração Pública	64.826,2	62.603,0	5,2
Segurança e Ordem Públicas	7.458,8	7.279,7	0,6
Funções Sociais	748.036,9	730.775,9	60,8
Educação	301.554,7	299.972,3	25,0
Saúde	315.481,3	335.027,3	27,9
Habitação e Serviços Coletivos	95.842,8	56.312,7	4,7
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	35.158,1	39.463,5	3,3
Funções Económicas	240.524,9	302.538,2	25,2
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	33.007,1	33.310,7	2,8
Indústria e Energia	1.383,6	1.337,5	0,1
Transportes e Comunicações	176.031,5	244.498,7	20,4
Comércio e Turismo	20.622,1	14.319,1	1,2
Outras Funções Económicas	9.480,6	9.072,1	0,8
Outras Funções	291.116,7	97.854,3	8,1
Operações da Dívida Pública	291.116,7	97.854,3	8,1
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0
Despesa Efetiva	1.351.963,4	1.201.051,1	100,0
<i>Por memória:</i>			
Ativos financeiros	42.217,0	33.523,2	2,8
Funções Gerais de Soberania	16.114,4	15.057,0	1,3
Funções Sociais	13.698,6	5.533,3	0,5
Funções Económicas	12.404,0	12.932,8	1,1
Outras Funções	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros	242.538,2	113.341,0	9,4

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

- ◆ A apreciação da estrutura da despesa pela ótica funcional permite comprovar o relevo das *funções sociais* na execução da despesa, representando 60,8% do total, seguindo-se as *funções económicas* (25,2%), as *outras funções* (8,1%) e as *funções gerais de soberania* (5,8%);
- ◆ Nas *funções sociais*, destacam-se as verbas destinadas à *saúde* (335,0 milhões de euros) e à *educação* (300,0 milhões de euros) e que representam, respetivamente, 45,8% e 41,0% das despesas em *funções sociais*. As despesas com a *educação* diminuíram cerca de 1,6 milhões de euros, sendo que na *saúde* o montante despendido revelou-se superior ao do período homólogo do ano precedente em 19,5 milhões de euros;
- ◆ As despesas com as *funções económicas* aumentaram em 2015 face à realização de 2014, em consequência dos pagamentos relacionados com as SCUTS e com o Fundo de Coesão Nacional cristalizando uma variação de 62,0 milhões de euros em termos homólogos;
- ◆ Nas *outras funções*, os 97,9 milhões de euros executados destinaram-se a *operações da dívida pública* – representando uma variação de -66,4% face à execução registada nos onze primeiros meses de 2014, motivada, fundamentalmente, pela quebra dos encargos com juros;
- ◆ Nas *funções gerais de soberania* a execução ascendeu a 69,9 milhões de euros, o que representou uma variação de -3,3% face ao registado até final de novembro de 2014, com os *serviços gerais da administração pública*, que apresentam um decréscimo de 3,4%, a condicionarem a evolução registada;
- ◆ No que concerne à execução orçamental por classificação orgânica, constata-se que o agrupamento orgânico com maior execução de despesa foi a Secretaria Regional de Educação (330,1 milhões de euros), dos quais 74,9% são respeitantes às despesas com o pessoal. Segue-se a Secretaria Regional da Saúde com 320,8 milhões de euros, que correspondem maioritariamente a transferências correntes destinadas à área da Saúde. A Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública executou 314,3 milhões de euros, afetos, fundamentalmente, ao pagamento de *juros e outros encargos* e ao pagamento das SCUTS. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 3,5 milhões de euros, afetos, na sua maioria, a *despesas com o pessoal* (84,6%). As transferências para a Assembleia Legislativa da Madeira

ascenderam a 11,7 milhões de euros nos primeiros onze meses de 2015;

- ◆ O quadro VIII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos

numa perspetiva de afetação económica:

QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-novembro)

€Milhares

	Assembleia Legislativa da Madeira	Presidência do Governo	Assuntos Parlamentares e Europeus	Finanças e Administração Pública	Inclusão e Assuntos Sociais	Economia, Turismo e Cultura	Educação	Ambiente	Saúde	Agricultura e Pescas	TOTAL
Despesa corrente	11.708,4	3.530,5	24.107,7	304.036,3	21.939,1	30.865,0	316.912,0	19.227,3	320.750,4	20.879,4	1.073.956,0
Despesas com o pessoal	0,0	2.993,8	19.021,6	16.769,6	3.272,5	10.227,3	247.328,0	9.368,7	247,3	15.305,8	324.534,6
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	2.243,5	15.335,4	13.233,9	2.638,4	8.279,7	199.940,1	7.356,7	211,0	12.222,6	261.461,3
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	186,6	39,7	310,5	1,6	29,0	1013,0	132,0	0,0	171,0	1.883,4
Segurança social	0,00	563,7	3.646,4	3.225,3	632,6	1918,6	46.374,9	1.880,0	36,3	2.912,2	61.190,0
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	492,6	5.023,7	187.005,9	1.114,8	6.947,6	17.165,8	1.067,4	260,8	1.987,4	221.066,1
Aquisição de bens	0,00	100,1	1.186,0	731,2	8,8	1.476,1	5.939,7	70,0	1,5	333,7	9.847,0
Aquisição de serviços	0,00	392,5	3.837,7	186.274,7	1.106,1	5.471,5	11.226,2	997,4	259,3	1.653,7	211.219,1
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,0	97.854,3	1,0	0,0	9,5	0,0	0,0	0,0	97.864,8
Transferências correntes	11.708,4	415	40,9	2.050,4	17.550,7	4.651,6	52.188,2	7.038,7	320.242,3	3.261,2	418.774,0
Administrações Públicas	11.708,4	0,0	0,0	1.997,4	15.297,5	1.037,9	9.254,2	1.858,7	320.045,5	3.028,5	364.228,0
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	11.708,4	0,0	0,0	1.997,4	15.297,5	1.037,9	9.254,2	1.858,7	320.045,5	3.028,5	364.228,0
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	415	40,9	53,0	2.253,2	3.613,6	42.934,0	5.180,0	196,9	232,8	54.545,9
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9.016,5	44,0	1.681,6	0,0	312,2	11.054,3
Outras despesas correntes	0,0	2,5	21,5	356,1	0,0	22,1	176,5	70,8	0,0	12,8	662,3
Despesa de capital	0,0	2,6	77.949,8	10.244,2	11.316,4	5.129,1	13.176,1	6.072,6	9,5	3.194,8	127.095,1
Investimento	0,0	2,6	77.949,8	10.030,2	3.746,6	71,6	329,3	2.382,6	0,0	97,0	94.609,8
Transferências de capital	0,0	0,0	0,0	213,9	7.569,8	5.057,5	12.846,8	3.690,0	9,5	3.097,8	32.485,3
Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0	213,9	7.569,8	5.057,5	30,6	2.317	9,5	3.097,8	16.210,7
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.483,7	2.483,7
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	0,0	7.569,8	5.057,5	30,6	2.317	9,5	614,1	13.513,1
Administração Local	0,0	0,0	0,0	213,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	213,9
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12.816,2	3.458,4	0,0	0,0	16.274,6
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
											0,0
Despesa efetiva	11.708,4	3.533,0	102.057,5	314.280,5	33.255,5	35.994,1	330.088,1	25.299,9	320.759,9	24.074,2	1.201.051,1
<i>Por memória:</i>											
Ativos financeiros		0,0	509,0	14.548,0	4.865,8	12.932,8	667,5	0,0	0,0	0,0	33.523,2
Passivos financeiros		0,0	0,0	113.341,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	113.341,0
Operações extraorçamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	108.453,5

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

◆ 3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

◆ 3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

- ◆ A partir de 2012, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR (Entidades Públicas Reclassificadas) foram integradas e equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, para efeitos de controlo orçamental, em consonância com o disposto no n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental.
- ◆ Com a entrada em vigor do novo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010), as entidades abaixo designadas foram integradas, a partir de 1 de janeiro de 2015, no setor institucional da Administração Pública Regional, após aprovação do ORAM:
 - ADERAM - Agência de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira;
 - CARAM - Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira;
 - IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM;
 - SESARAM - Serviço Regional de Saúde, EPE;
 - ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação – Associação;
 - Polo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A..
- ◆ A partir de 2015 as transferências para o SESARAM, EPE, e para a IHM, EPERAM, passaram a ser processadas diretamente pela tutela, atualmente a SRS, estando assim excluídas da presente análise dos SFA, o que implica alterações significativas em relação ao valor global afeto a este subsetor.
- ◆ O *saldo global* da execução financeira das Entidades Públicas Reclassificadas, considerando a informação acumulada até ao final de novembro de 2015, situou-se em -8,7 milhões de euros. Para este valor contribuem as despesas com o *peçoal* (129,6 milhões de euros), com a *aquisição de bens e serviços correntes* (126,3 milhões de euros), com *juros e outros encargos* (17,4 milhões de euros) e com *transferências correntes* (8,1 milhões de euros), fazendo com que a *despesa corrente* se fixasse em 284,0 milhões de euros. Relativamente à componente de capital, a despesa

realizada ao nível da *aquisição de bens de capital* totalizou 28,1 milhões de euros. Do lado das *receitas*, a componente corrente ascendeu a 284,9 milhões de euros, enquanto a componente de capital, que ascendeu a 18,6 milhões de euros, contribuiu de

forma menos intensa para o saldo evidenciado no final de novembro.

- ◆ Verifica-se uma melhoria no *saldo global* das EPR de 1,5 milhões de euros face ao registado até ao final do mês anterior, conforme revela o quadro seguinte:

QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR	€ Milhares	
	outubro	novembro
Entidades Públicas Recllassificadas	-7.240,9	-8.728,7

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

◆ 3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente de 12,2 milhões de euros. Este resultado é justificado, no que à componente corrente da receita diz respeito, pelas *transferências da Administração Pública Regional (APR)*, que atingiram 142,1 milhões de euros, o que representa 95,3% da *receita corrente* arrecadada até novembro de 2015. Nas *receitas de capital* – não considerando o *saldo da gerência anterior* – as *transferências* provenientes da União Europeia constituem a origem da parcela

mais relevante do total arrecadado pela via de capital nos primeiros onze meses de 2015 (89,1%). A estrutura da despesa é marcada pela relevância do peso das transferências correntes e de capital, e das despesas com a *aquisição de bens e serviços correntes* e com o *peçoal*, que representaram 92,7% da *despesa efetiva*.

O quadro X reflete os saldos em diferentes óticas dos Serviços e Fundos Autónomos e das Entidades Públicas Recllassificadas:

QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-novembro) € Milhares

	SFA	EPR	TOTAL
Saldo global	12.234,1	-8.728,7	3.505,4
<i>Por memória:</i>			
Despesa primária	181.755,4	294.845,5	476.600,9
Saldo primário	16.479,9	8.667,9	25.147,8
Saldo corrente	13.425,1	895,3	14.320,4
Saldo de capital	-1.191,0	-9.624,0	-10.815,0
	0,0	0,0	0,0
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	279,0	4.752,4	5.031,5
<i>dos quais Receitas de:</i>	0,0	0,0	0,0
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0
Outros Ativos	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	40.612,3	40.612,3

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O *saldo global* (SFA+EPR) relativo a novembro de 2015 totalizou 3,5 milhões de euros, em virtude dos resultados evidenciados pelas EPR, cujo *saldo global* ascendeu a -8,7 milhões de euros, parcialmente anulado pelo desempenho evidenciado pelos SFA, que registaram um

saldo de 12,2 milhões de euros. Os saldos *corrente* e de *capital* atingiram, respetivamente, 14,3 e -10,8 milhões de euros. A *despesa primária* fixou-se nos 476,6 milhões de euros, perfazendo um *saldo primário* de 25,1 milhões de euros.

QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-novembro) € Milhares

	SFA	EPR	TOTAL
Receita corrente	173.578,2	284.903,2	458.481,4
Impostos diretos	563,2	0,0	563,2
Impostos indiretos	29,7	0,0	29,7
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2.954,2	9.675,4	12.629,5
Transferências Correntes	165.376,4	223.038,4	388.414,8
União Europeia	19.468,1	813,2	20.281,3
Outras transferências	145.908,3	222.225,2	368.133,5
Venda de bens e serviços correntes	3.480,4	39.718,8	43.199,2
Outras Receitas Correntes	1.174,4	12.470,7	13.645,0
Receita de capital	24.657,2	18.610,2	43.267,3
Venda de bens de investimento	0,4	64,4	64,8
Transferências de capital	24.562,7	18.476,4	43.039,1
União Europeia	21.958,6	6.921,6	28.880,2
Outras transferências	2.604,1	11.554,9	14.158,9
Outras Receitas de Capital	2,9	64,5	67,4
Receita efetiva	198.235,3	303.513,4	501.748,7
Despesa corrente	160.153,0	284.007,9	444.161,0
Despesas com o pessoal	26.709,4	129.606,1	156.315,5
Aquisição de bens e serviços	97.723,9	126.306,6	224.030,6
Juros e outros encargos	4.245,8	17.396,6	21.642,4
Transferências correntes	28.224,9	8.066,3	36.291,2
Outros subsectores das Administrações Públicas	2.534,1	0,0	2.534,1
Outras transferências	25.690,8	8.066,3	33.757,1
Subsídios	3.147,5	149,0	3.296,5
Outras despesas correntes	101,6	2.483,2	2.584,8
Despesa de capital	25.848,2	28.234,2	54.082,4
Investimento	6.094,3	28.090,2	34.184,5
Transferências de capital	19.753,9	143,9	19.897,9
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	186.001,2	312.242,1	498.243,3
Saldo global	12.234,1	-8.728,7	3.505,4

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Em termos de execução mensal, constata-se que o *saldo global* do mês de novembro, dos SFA e das EPR, ascendeu a 5,9 milhões de euros, tendo o *saldo corrente* atingido um excedente de 4,7 milhões de euros) e o de capital

um *superavit* de 1,3 milhões de euros. A *despesa primária* fixou-se nos 31,0 milhões de euros e o *saldo primário* em 11,3 milhões de euros. A despesa mensal dos SFA e EPR desagrega-se da seguinte forma:

QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (novembro)

€ Milhares

	novembro 2015		Total
	SFA execução mensal	EPR execução mensal	
Receita corrente	15.083,0	20.529,9	35.612,9
Impostos diretos	62,7	0,0	62,7
Impostos indiretos	2,3	0,0	2,3
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0	0,0
Outras receitas correntes	15.018,0	20.529,9	35.547,8
Transferências correntes	14.198,0	16.224,8	30.422,8
Receita de capital	3.468,7	3.194,4	6.663,1
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	0,0
Transferências capital	3.407,9	3.191,4	6.599,3
			0,0
Receita efetiva	18.551,7	23.724,3	42.276,0
Despesa corrente	7.510,6	23.444,2	30.954,8
Consumo público	4.900,3	17.331,3	22.231,6
Despesas com o pessoal	2.216,3	11.062,9	13.279,2
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	2.684,0	6.268,4	8.952,5
Subsídios	279,0	13,5	292,5
Juros e outros encargos	0,1	5.382,4	5.382,6
Transferências correntes	2.331,1	717,0	3.048,1
Despesa de capital	3.612,3	1.767,9	5.380,1
Investimento	1.304,2	1.767,9	3.072,1
Transferências de capital	2.308,1	0,0	2.308,1
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
			0,0
Despesa efetiva	11.122,9	25.212,1	36.334,9
Saldo global	7.428,9	-1.487,8	5.941,1

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O quadro XIII apresenta os saldos de novembro dos subsetores do Governo Regional, SFA, e EPR – em diferentes óticas:

Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR

€ Milhares

	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	novembro 2015	janeiro-novembro 2015	novembro 2015	janeiro-novembro 2015
	Saldo global	31.654,6	-122.625,6	11.723,4
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	24.213,7	-82.087,2	5.078,7	-81.191,9
Despesa corrente primária	46.161,3	989.892,4	64.223,1	1.034.365,8
Saldo corrente primário	27.762,1	20.023,3	14.009,6	38.315,3
Saldo de capital	7.440,9	-40.538,4	6.644,7	-61.717,2
Despesa primária	57.206,5	1.129.322,6	77.036,2	1.202.030,2
Saldo primário	35.203,0	-20.515,0	20.654,3	-23.402,0

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O *saldo corrente* (considerando GR+SFA), ascendeu, em termos acumulados, a -82,1 milhões de euros, tendo o *saldo de capital* atingido -40,5 milhões de euros. A

informação relativa ao *saldo primário* (GR+SFA) revela um resultado que ascende a -20,5 milhões de euros até novembro de 2015. Considerando a informação relativa

ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a *receita corrente* arrecadada até novembro de 2015 foi de 1.072,7 milhões de euros e que a despesa da mesma natureza ascendeu a 1.153,9 milhões de euros. No que concerne à componente de capital, a receita atingiu os 105,9 milhões de euros enquanto a despesa ascendeu a 167,7 milhões de euros. A

receita líquida dos *ativos e passivos financeiros*, bem como das *operações extraorçamentais*, atingiu os 1.178,6 milhões de euros, com a *despesa efetiva* a atingir os 1.321,5 milhões de euros.

- ◆ O quadro XIV expressa a desagregação por *receita e despesa* do universo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

	€ Milhares			
	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	novembro 2015	janeiro-novembro 2015	novembro 2015	janeiro-novembro 2015
QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR				
Receita corrente	73.923,4	1.009.915,7	78.232,6	1.072.681,1
Impostos diretos	23.679,9	324.321,8	23.679,9	324.321,8
Impostos indiretos	39.956,5	433.748,9	39.956,5	433.748,9
Contribuições de Segurança Social	246,3	7.320,1	246,3	7.320,1
Outras receitas correntes	10.040,7	244.525,0	14.349,9	307.290,3
Transferências correntes	5.457,9	206.811,5	5.462,1	207.711,9
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	4.984,1	185.772,7	4.984,1	185.823,0
Receita de capital	18.486,1	98.891,9	19.457,8	105.947,2
Venda de bens de investimento	0,0	996,3	0,0	1.060,6
Transferências capital	18.396,4	95.877,0	19.365,0	102.798,5
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	-107,3	43.879,8	-107,3	43.879,8
Receita efetiva	92.409,5	1.108.807,6	97.690,4	1.178.628,3
Despesa corrente	49.709,7	1.092.003,0	73.153,9	1.153.873,0
Consumo público	36.238,8	670.797,8	53.570,1	929.193,8
Despesas com o pessoal	29.592,6	351.244,0	40.655,5	480.850,1
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	6.646,3	319.553,9	12.914,7	448.343,7
Subsídios	1.372,9	14.201,8	1.386,3	14.350,8
Juros e outros encargos	3.548,4	102.110,6	8.930,8	119.507,2
Transferências correntes	8.549,6	304.892,8	9.266,6	90.821,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	195,3	2.534,1	195,3	2.534,1
Despesa de capital	11.045,2	139.430,2	12.813,1	167.664,4
Investimento	7.726,8	100.704,0	9.494,7	128.794,3
Transferências de capital	3.318,4	38.726,2	3.318,4	38.870,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	958,7	5.542,1	958,7	5.542,1
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	60.754,9	1.231.433,2	85.967,0	1.321.537,4
Saldo global	31.654,6	-122.625,6	11.723,4	-142.909,1

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

◆ 4. Dívida não Financeira da Administração Regional

- ◆ O passivo acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final de novembro de 2015, ascendia a 998,8 milhões de euros, dos quais 71,1% são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por 5,5% do montante do passivo verificado;
- ◆ Excluindo as novas EPR (universo comparável com 2014), os passivos ascendem a 853,7 milhões de euros;
- ◆ Até 30 de novembro, comparando com 01/01/2015, a Região reduziu os passivos em 264,3 milhões de euros e os pagamentos em atraso em 290,2 milhões de euros;
- ◆ Desde o início do PAEF-RAM, e considerando o mesmo universo de entidades a redução de passivos ascendeu a 1.819,2 milhões de euros e de pagamentos em atraso a 1.068,7 milhões de euros;
- ◆ Os *pagamentos em atraso* apurados até ao final de novembro de 2015 correspondem a 141,0 milhões de euros, dos quais 87,9 milhões de euros são afetos às novas EPR. As parcelas mais relevantes são atribuídas às EPR (73,5%) e ao Governo Regional (25,7%);
- ◆ Não obstante o peso nos pagamentos em atraso da APR, assinala-se a redução nos pagamentos em atraso das EPR face ao stock inicial do mês de outubro, que ascendeu a 60,5 milhões de euros, sobretudo em virtude do pagamento de serviços de saúde, ao SNS, na sequência do Memorando de Entendimento entre o Ministério das Finanças, Ministério da Saúde e a RAM, assinado em 29 de setembro de 2015, e devido à celebração de novos ARD;
- ◆ Assinala-se ainda o facto da componente *Aquisições de bens e serviços correntes* representar 33,5% do total do Passivo e 60,9% dos pagamentos em atraso;
- ◆ Os quadros seguintes sintetizam a situação da Administração Regional no final de novembro de 2015, no que à *dívida não financeira* diz respeito.

QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de novembro de 2015 (valores acumulados) € Milhares

Total	novembro de 2015			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	861.208,63	672.232,35	109.025,87	-19,78%	-11,71%	-67,73%
Despesas com Pessoal	17.366,11	4.908,19	7,86	-23,54%	-2,76%	-84,79%
Aquisições de Bens e Serviços	334.534,60	332.799,96	85.781,57	-31,01%	-30,96%	-69,45%
Juros e outros encargos	360.900,41	191.270,66	22.191,95	-0,53%	145,35%	-57,94%
Transferências Correntes	145.103,87	140.193,47	1.031,51	-25,95%	-25,90%	-75,74%
Subsídios	3.087,89	2.844,33	0,00	-55,94%	-58,65%	0,00%
Outras Despesas Correntes	215,74	215,74	12,98	-4,67%	-3,51%	-31,08%
Despesas de Capital	137.589,48	121.622,22	31.925,66	-27,40%	-29,28%	-65,77%
Aquisições de Bens de Capital	67.342,38	63.659,00	31.649,85	-42,95%	-44,17%	-65,92%
Transferências de Capital	70.247,10	57.963,22	275,82	-1,73%	0,04%	-28,77%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	998.798,10	793.854,57	140.951,53	-20,93%	-14,94%	-67,31%
Total excluindo novas EPR	853.695,03	661.401,29	53.038,58	-18,23%	-9,75%	-83,56%

a) Compreende as Entidades Públicas Recllassificadas que passaram a figurar nos reportes mensais a partir de 01/01/2015

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de novembro de 2015 (valores acumulados) € Milhares

Governo Regional	novembro de 2015			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	614.358,62	465.634,91	17.325,42	-16,28%	1,68%	-91,72%
Despesas de Capital	96.153,48	83.111,31	18.890,61	-30,71%	-33,28%	-68,10%
Total	710.512,09	548.746,22	36.216,02	-18,58%	-5,80%	-86,51%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de novembro de 2015 (valores acumulados) € Milhares

Serviços e Fundos Autónomos	novembro de 2015			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	54.990,38	53.218,39	1.174,12	-38,90%	-38,60%	5,05%
Despesas de Capital	183,59	183,37	0,00	-88,32%	-83,92%	0,00%
Total	55.173,97	53.401,77	1.174,12	-39,75%	-39,19%	5,05%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Recllassificadas, no final de novembro de 2015 (valores acumulados) € Milhares

Entidades Públicas Recllassificadas	novembro de 2015			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	191.859,64	153.379,04	90.526,33	-23,17%	-29,23%	-29,06%
Despesas de Capital	41.252,41	38.327,54	13.035,05	-16,14%	-17,16%	-61,71%
Total	233.112,04	191.706,58	103.561,39	-22,01%	-27,11%	-35,94%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

◆ 5. Conceitos aplicados

Contas a pagar são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- ◆ As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- ◆ As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas

a pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;

- ◆ Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar, acrescendo aos compromissos do mês/período/ano em que vão ser liquidados.

Passivos são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).

◆ 6. Siglas e abreviaturas

ADSE	Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas
APR	Administração Pública Regional
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
DGO	Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças)
EPR	Entidades Públicas Reclassificadas
FCN	Fundo de Coesão Nacional
GR/Gov. Reg.	Governo Regional (da Madeira)
IABA	Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos
ISV	Imposto sobre Veículos
IT	Imposto sobre o Tabaco
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LOE	Lei do Orçamento do Estado
OE	Orçamento do Estado
p.p.	pontos percentuais
PAEF-RAM	Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais
SCUTS	Estradas cujos custos são suportados pelo Governo Regional - Sem Custo para os Utilizadores
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SNS	Serviço Nacional de Saúde
VH	Variação homóloga

◆ 7. Índice de Quadros

<i>Quadro I - Execução orçamental consolidada (janeiro-novembro)</i>	5
<i>Quadro II - Execução orçamental do Gov. Regional (janeiro-novembro)</i>	8
<i>Quadro III - Execução orçamental do Gov. Regional (novembro)</i>	9
<i>Quadro IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-novembro)</i>	12
<i>Quadro V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-novembro)</i>	14
<i>Quadro VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-novembro)</i>	15
<i>Quadro VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-novembro)</i>	16
<i>Quadro VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-novembro)</i>	19
<i>Quadro IX - Saldo Global do Subsetor - EPR</i>	21
<i>Quadro X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-novembro)</i>	22
<i>Quadro XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-novembro)</i>	23
<i>Quadro XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (novembro)</i>	24
<i>Quadro XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR</i>	24
<i>Quadro XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR</i>	25
<i>Quadro XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de novembro de 2015 (valores acumulados)</i>	27
<i>Quadro XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de novembro de 2015 (valores acumulados)</i>	27
<i>Quadro XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de novembro de 2015 (valores acumulados)</i>	27
<i>Quadro XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de novembro de 2015 (valores acumulados)</i>	27



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Governo Regional

◆ Ficha técnica

TÍTULO : *Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira*

EDIÇÃO: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

DESIGN GRÁFICO: © SRF, 2015

DISTRIBUIÇÃO: Gratuita

PERIODICIDADE: Mensal

ISSN: 2182-6331 (ficheiro eletrónico)

DATA: Dezembro de 2015

LOCAL: Funchal, Região Autónoma da Madeira



Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Documento eletrónico otimizado para leitura OCR.

Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 | Fax 291238115 | Contribuinte 671001310 | Página institucional <http://www.madeira.gov.pt/srf/> | E-mail: gabinete.srf@madeira.gov.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA